Ata número hum mil oitocentos e noventa e seis

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e oitenta e quatro, em sua sala de Sessões, reuniu-se a Câmara Municipal da Lapa, sob a presidência do vereador Bento de Farias, secretariada pelo vereador Luiz Eduardo Kuss Marins, presentes os vereadores: Pedro Mendes de Siqueira, Izolina Beira Floriano, Pedro F. Bianchini Jr., João Deda, João Afonso, Antonio Ruiz / Paloma, Cesar Leoni, Manoel S. Xavier, Celso Xavier, Acir K. Pinto Osmar Teider, Daniel Coreluk.

A hora regimental, o senhor presidente declarou aberta a sessão, tendo inicio com a leitura da ata anterior que foi aprovada / com ressalva do vereador Osmar Teider.

Do expediente do dia, lido pelo senhor secretário, constou o seguinte:- Requerimento do vereador Antonio Ruiz Paloma, solicitando envio de sugestão ao Executivo Municipal, para que seja posta em execução a Lei Municipal nº 697, que trata da criação de uma unidade do Corpo de Bombeiros. Requerimento do vereador Antonio Ruiz Paloma, solicitando envio de oficio a S. Exa. o Governador do Estado consultando sobre quais as providências tomadas a respeito da Maternidade Nossa Senhora da Luz. Requerimento do vereador Cesar Augusto Leoni, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo / falecimento do Desembargador Dr. Francisco de Paula Xavier Filho. Requerimento do vereador Cesar Augusto Leoni solicitando o envio / de oficio ao senhor Prefeito Municipal, pedindo informações a respeito das obras que serão realizadas com recursos do PRAM. Requerimento de autória do vereador Osmar Teider, solicitando o envio de ofício a Fundação Nacional Pró-memória, e a Fundação de Museus solicitando urgência na instalação dos Museus da Revolução Federalista de 1894. Oficio do Dr. David Carneiro, em resposta a solicitação desta Casa. Do deputado Tércio Albuquerque, comunicando sua indicação para presidente da Comissão Permanente de Turismo da Assembléia Legislativa.

Livre a palavra sobre o expediente, fez uso dela o vereador / Cesar Augusto Leoni, justificando o requerimento de voto de pesar requerido pelo falecimento do Desembargador Francisco de Paula Xavier Filho. Disse o vereador foi o Desembargador Francisco de Paula Xavier Filho uma das personalidades que mais se destacou no campo do Judiciário paranaense, tendo deixado extensa folha de serviços prestado ao Judiciário, ao magistério e ao Ministério Público e ao Estado, tendo sempre servido com alta distinção e inteligência invulgar. Ex-corregedor e vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral, durante o governo do Marechal Castelo Branco, Francisco de Paula Xavier Filho representou o Estado na "Reunião dos Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais", realizado em Brasilia, quando defendeu várias teses, muitas delas pelo novo código eleitoral. Na presidência do Tribunal de Justiça, no periodo de agosto de 1967, realizou uma proficua administração, caracterizada pela dinamização e modernização da máquina do Poder Judiciário. Sua gestão ficou assinalada pelo reaparelhamento das Varas Civeis e Criminais de todo o

Estado e o Juizado de Menores, ampliando ainda o número de comarcas e varas. O extinto era natural da Lapa, onde nasceu em 19 de novembro de 1909, possuindo ainda nesta cidade vários parentes / onde se incluem os vereadores Manoel e Celso Xavier. Paula Xavier ingressou na magistratura em 1933 como juiz municipal do então / termo de reserva, após ter exercido os cargos de promotor adjunto e de promotor nas comarcas de União da Vitória e São João do Triunfo, sendo que nesta também foi juiz, tendo ainda passado pelas comarcas de São Mateus do Sul e Rebouças. Nomeado Juiz de Direito em 1938 para a Comarca de Clevelândia, promovido posteriormente para as comarcas de Prudentópolis e Jacarézinho, foi em União da Vitória que mais tempo permaneceu vindo desta para a comarca de Curitiba como Juiz da 1a Vara Criminal, Ausentes e Interditos, sendo também juiz eleitoral da 4a Zona. Nomeado desembargador em 18 de outubro de 1958, por muitos anos integrou o Conselho da Magistratura. Era "Cidadão Honorário" em 10 municipios paranaenses entre os quais Curitiba, é "Cidadão Benemérito do Paraná", título que lhe foi outorgado pela Assembléia Legislativa, em 7 de abril de 1978. Foi por longos anos professor no Colégio Túlio de França, de União da Vitória, e era portador do titulo de honra ao mérito pelo Colégio Estadual do Paraná. Casado com a senhora Ione Catta Preta de Paula Xavier, deixa os filhos Ione Maria, Zeuza Francisca, Francisco Xavier e Francisco de Paula Xavier Neto, esse Juiz de Direito em Curitiba, 12 netos e 4 bisnetos. Além destes méritos o Desembargador era tio de dois vereadores com acento nesta Casa, que são os vereadores Celso Xavier e Manoel Silveira Xavier. Prosseguindo, disse o vereador Cesar que com relação ao pedido de informação ao Executivo a respeito do plano de obras para realização dos projetos do PRAM, ofez no sentido de que esta Casa possa ter conhecimento da como estes recursos serão aplicados. É importante que venha ao conhecimento de todos porque o vereador deve participar com opiniões a respeito das prioridades do Municipio. A materia deveria antes ser encaminhada a Câmara para / que aqui fosse debatida, equacionada , enriquecida, para que pudessem também os vereadores participar, porque idéias sobre prioridades qualquer pessoa tem. São inúmeras as prioridades, umas maiores do que outras. Melhor ainda seria se o senhor prefeito viesse a esta Casa trazer conhecimento do que será realizado, e dizer também dos recursos que serão disprendidos pelo Municipio com essas obras que serão iniciadas. Deve dizer que este programa que ora será implantado o povo do Paraná deve ao governo do PDS, pois foi ali que se programou e se negociou junto ao Banco Mundial a liberação das verbas, que só não foram liberadas na época porque no momento não se encontrou apoio por parte das lideranças do Paraná no Senado. Na época a aprovação era inoportuna hoje ela é bem æeita. Se esta fazendo este pedido não é porque seja contra tal projeto, e o objetivo não é fazer oposição, mas ver o que é realmente necessário para o municipio. É indispensável que tanto a posição como a oposição tomem conhecimento do que será feito, pois por certo se os recursos / não forem suficientes virão para esta Casa os pedidos de abertura de créditos suplementares.

Fazendo uso da palavra, o vereador Osmar Teider congratulou-se com os autores dos requerimentos apresentados no expediente, por achá-los todos justos e de necessidade. Demonstram assim os autores a sua preocupação para com os problemas de nossa comunidade. Congratula-se com o vereador Paloma pelo requerimento de pedido de informação à respeito da Maternidade. Segundo informações esta já foi / transférida para o Hospital Hipólito Alves de Araujo. Acredita que o atendimento deva continuar no mesmo sistema de quando esta funcionava em prédio próprio. Mas apenas gostaria de fazer um alerta. Alerta este a respeito da direção do Hospital, pois segundo consta o atual diretor tem uma jornada de trabalho muito curta, de um dia / por semana apenas, e isto não é bom para um hospital como o nosso / principalmente agora com mais este encargo de Maternidade. Quanto ao requerimento de voto de pesar requerido pelo vereador Cesar pelo falecimento do Desembargador Francisco de Paula Xavier, gostaria de endossa-lo, inclusive por ser ele tio de dois vereadores co m acento nesta Casa, e também, porque nas lides forenses sentiu o valor que aquele homem possuia, o trabalho por ele desenvolvido no Tribunal de Justiça. Era ele um homem exemplar, e seu exemplo vem sendo seguido por seus filhos, sendo um deles Juiz do Tribunalde Alçada. Quanto ao requerimento de pedido de informações à respeito da aplicação das verbas do PRAM, acredita ser este um auxilio que virá somente beneficiar o Municipio, muito embora seja obrigação de todos os vereadores não só do P.D.S. como também do P.M.D.B. fiscalizar a sua aplicação correta e nas prioridades maiores. Prosseguindo o vereador Teider, justificou o seu requerimento dirigido ao Pró-Memória e ao Programa Nacional de Museus a respeito do Museu da Revolução Federalista de 1894 e do Museu da Casa José Lacerda. Todos sabem que se o Brasil hoje é uma República, de alguma forma deve isto à Lapa e aos lapeanos. Se hoje o Brasil é Brasil foi porque a Lapa resistiu. No seu entender o Museu da Revolução Federalista pertence à Lapa. Sabe que existe um compromisso entre a Fundação Pró-Memória e o Dr. David Carneiro, compromisso este que ele tem encontrado mil desculpas para não cumprir. Todas estas desculpas cabe aos lapeanos repelir. A resposta que ele hoje dá a esta Casa não satisfaz a ninguém. Se alguém contribuiu para a organização de um acervo para o Museu da Revolução, foi o povo lapeano que doou os objetos de família que tinham em mãos, mas para o Museu ficar aqui na Lapa e não ser levado para Curitiba. Por isto está fazendo este pedido, se realmente o acervo do Museu foi vendido ao Pró-memória que ele seja de imeddato aqui instalado. Se não foi, que este entre em entendimento com o Dr. David Carneiro para que este devolva o acervo para a Lapa. O outro assunto ventilado é a respeito da Casa da família Lacerda em frente ao Panteon que foi doada à Fundação Pró-memória e continua fechada, havendo necessidade de sua imediata ativação. No seu entender todos os esforços neste sentido devem ser ativados para que a Lapa receba de volta aquilo que por direito é seu.

Com a palavra o vereador Manoel S. Xavier, agradeceu a lembrança do vereador Cesar Leoni, em seu nome e de seus familiares, por ter o mesmo apresentado requerimento de voto de pesar pelo falecimento de seu tio, o Desembargador Francisco de Paula Xavier Filho. Pede ao mesmo tempo, venia ao vereador, para com ele subscrever o requerimento. Prosseguindo o vereador Manoel S. Xavier, disse, a respeito do pedido de informação do vereador Cesar sobre a aplicação dos recursos do PRAM, que na segunda feira passada teve ocasião de convidar os senhores vereadores para participarem de uma reunião na Prefeitura, no dia 28 à tarde, ocasião em que seria apresentado o plano de trabalho do Departamento de Obras para este ano e o seguinte, na área rural e urbana. Na ocasião / não sabia que as obras seriam aquelas com recursos do PRAM. hoje torna a fazer o convite pois trata-se justamente da apresentação das obras prioritárias que serão feitos com aqueles recursos. A maioria destas obras,são provenientes do resultado das reuniões que foram feitas nas diversas comunidades, ocasião em que os próprios Munícipes levantaram as prioridades. Por isto renova o convite que o senhor prefeito solicitou fosse por seu intermédio feito aos vereadores. Quanto ao montante sabe que será de hum bilhão de cruzeiros, para os cinco anos da atual administração, parte financiada e parte a fundo perdido. Para que os senhores vereadores se inteirassem melhor, seria bom que todos comparecessem à reu- / nião dia 28 às 13:00 horas na Prefeitura.

O vereador Cesar, com a palavra, agradeceu o convite, achando delicadeza da parte do vereador Manoel, no entanto disse estranhar, pois o correto s eria partir do prefeito municipal, pois tem plena convicção de que o lugar mais apropriado para discussão do referido plano seria esta Casa. Acha mais ainda que para discussão e avaliação do plano esta Casa teria que ter um conhecimento, do mesmo, antecipadamente. para que todos pudessem depois fornecer subsídios. Acredita que o plano não deve ser rígido mas maleável para poder ser modificado se necessário, principalmente levando-se em consideração que o grosso dos pagamentos será feito pelo próximo prefeito.

O vereador Paloma,sobre o assunto disse não ter conhecimento do plano, e quando o vereador Manoel transmitiu para o dia 28,falou-se apenas do plano de obras para 1984-1985. Acredita também que que o assunto deve ser bem discutido para que o plano de obras possa ser enriquecido, por isto há necessidade de ter-se em mãos o plamejamento para que todos possam ter elementos para discuti-lo.

Novamente com a palavra, o vereador Manoel S. Xavier, disse quando fez o convite que não sabia que seria a respeito da aplicação das verbas do PRAM. Depois é que tomou conhecimento. Quanto as verbas deve dizer que sabe que 7% será para compra de maquinário, que nesta primeira parcela só dá para comprar meio caminhão. Quanto ao oficio resposta do Dr. David Carneiro, foi lido e relido e ninguém entendeu. Portanto se algum dos senhores vereadores tem conhecimento do acervo do Museu e tem alguma informação melhor, se

ria bom que fosse trazido a esta Casa para conhecimento de todos.

O vereador Paloma sobre o assunto, disse que já houve uma espécie de entendimento através da Fundação Pró-memória, com vista à aquisição do acervo do Museu da Revolução Federalista, mas não foi possível acordo, porque o Dr. David Carneiro, pediu um preço muito alto como indenização pelo tempo em que os objetos ficaram sob a sua proteção. Ele não fez preço sobre o acervo, mas fez preço no trabalho de manutenção que teve todos estes anos.

Discutido amplamente o assunto, o vereador Teider comprometeu-se a fazer um levantamento histórico a respeito do Museu, para / posteriormente com mais base esta Casa poder reivindicar novamente ao Dr, David Carneiro a devolução do acervo à Lapa.

A seguir o senhor presidente comunicou estarem deferidos os requerimentos apresentados e de imediato foi dada a Ordem do Dia que deliberava em segunda discussão o projeto de Lei nº 001/84 de autoria do vereador Acir Pinto que considera de utilidade pública o Centro Espirita Allan Kardek, sendo o mesmo aprovado por dez votos a três.

Em primeira discussão o projeto de Lei nº 006/83, de autoria do vereador Cesar Leoni que teve o parecer contrário da Comissão de Orçamentos. Em vista disto o senhor presidente submeteu a apreciação inicialmente o parecer da referida Comissão.

Livre a palavra para discussão, fez uso dela o vereador Cesar Leoni, dizendo estranhar o parecer, porque em hipotese alguma pode ser alegado dispositivo da Lei Orgânica porque existe verba no orçamento para tal fim não está se criando nenhuma verba, nem aumentando despesa, mas sim dando um encaminhamento melhor as verbas / previstas.

O vereador Paloma, disse que de fato existe verba orçamentária, mas no seu entender esta verba poderá ser aproveitada futuramente para abertura de créditos suplementares em coisas mais necessárias à Municipalidade. Foi visando este aspecto que a Comissão / deu parecer contrário.

Prosseguindo o vereador Cesar, disse que a Lei Orgânica dos Municipios em seu art. 75 é clara ao dizer que deve o Poder Executivo dar publicidade de seus atos. Em exercícios passados, mensalmente eram publicados os balancetes da Prefeitura. Independente, do Boletim oficial, certos atos são indispensáveis de publicação, o conhecimento público se faz através de um jornal ou panfletos. O / art. 70 da Lei Orgânica diz que a publicação de atos oficiais municipais será feita em órgão oficial do Municipio. A sua intenção ao trazer este projeto para apreciação, foi no sentido de que se proporcione ao povo da Lapa meios para saber do que se passa entre as quatro paredes da Prefeitura Municipal. Os Boletins Oficiais / quando chegam a esta Casa os assuntos publicados já estão superados Como o plenário é soberano para decidir pede que seja votado o parecer da Comissão de Orçamentos.

Com a palavra o vereador Paloma, disse que o projeto teria total apoio a partir do momento em que o jornal que se pretende oficializar aqui se fizesse representar em todas as reuniões e divul-

gasse o que de fato aqui se trata, pois muitas coisas aqui discutidas só são públicadas como medida sensacionalista, como o caso do requerimento do vereador Manoel ao D.E.R., que mesmo antes de ser aprovado por esta Casa, foi publicado no jornal. Outro fato foi a publicação do inicio das feiras livres na Lapa a partir do dia 26 de abril, segundo o jornal um sábado, o que não correspondia a realidade,pois este inicio será no dia 26 de maio. Por ai pode-se ver que mesmo estando presente à reunião da Comissão de Agricultura, o jornalista não soube divulgar a noticia, demonstrando assim absoluta / falta de conhecimento do que realmente acontece.

Novamente com a palavra o vereador Cesar, disse que publicidade oficial é uma coisa e noticia é outra coisa. O noticiarista vê o assunto sobre outro aspecto. Além do mais os jornalistas do interior são uns verdadeiros heróis no que diz respeito à manutenção de um / pequeno jornal. No entanto o que se está discutíndo é o parecer da Comissão de Orçamentos, com o qual não pode concordar porque de certa forma não se está abrindo despesa alguma mas sim procurando prestigiar o único jornal da cidade.

Sobre o assunto fez uso da palavra o vereador Manoel S. Xavier dizendo que concorda que o Executivo precisa publicar seus atos em um órgão de imprensa, no entanto sua opinião é de que deve ser feito uma tomada de preços para estas publicações, sem que se crie um órgão exclusivo, porque existe uma diferença grande entre o preço de um e de outro. Concorda também que os balancetes devam ser publicados, mas isto pode ser publicado em um jornal com uma tiragem maior e num preço menor. Os demais atos podem continuar sendo publicados no Boletim Oficial do Municipio.

A vereadora Izolina, sobre o assunto solicitou vistas ao projeto, em vista de um estudo melhor sobre a matéria.

Em virtude do pedido da vereadora Izolina, deferido pelo presidente ficou adiada a votação do projeto 006/83.

Livre a palavra para explicações pessoais, fez uso dela o vereador Daniel Coreluk, agradecendo a comunicação feita pelo vereador Manoel S. Xavier, na sessão passada a respeito do ensaibramento das r ruas de Mariental. No entanto deve dizer que muitas ruas ainda estão a necessitar de atendimento e ensaibramento, pois só a patrola não basta. Inclusive em conversa com o Vice-prefeito Municipal adiantou a ele que existe um cidadão que se prontificou a ceder gratuitamente uma saibreira para que tal melhoria seja feita. De antemão deve dizer que, sabendo da boa vontade e grande capacidade do Dr. Wilson acredita que tais melhorias ainda sejam feitas em todas as ruas de Mariental.

Nada mais havendo a tratar, o senhorr presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão, convocando outra para o dia 30, permanecendo para a Ordem do Dia Condicional, o projeto de Lei nº 006/83.

Câmara Municipal da Lapa

Estado do Paraná

Ata nº 1896 Fl. 07

Para constar, eu Ana Balbina G. Wille, oficial de secretária levrei esta ata que lida e aprovada pelos presentes será assinada.

Benito de Farias - Presidente.

Pedro Ignacio de Siqueira

Lisandro A. de Andrade

Secretário

Izolina Braga Floriano